

Sarney, livre para mudar Ministério

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney está livre, a partir de agora, para formar uma nova equipe de governo, precipitando uma reforma no Ministério sem que esteja obrigado a ouvir partidos ou políticos. Esta será uma consequência natural da decisão da Comissão de Sistematização, de reduzir o seu mandato para quatro anos, conforme disseram ontem dois ministros — Prisco Viana, da Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil.

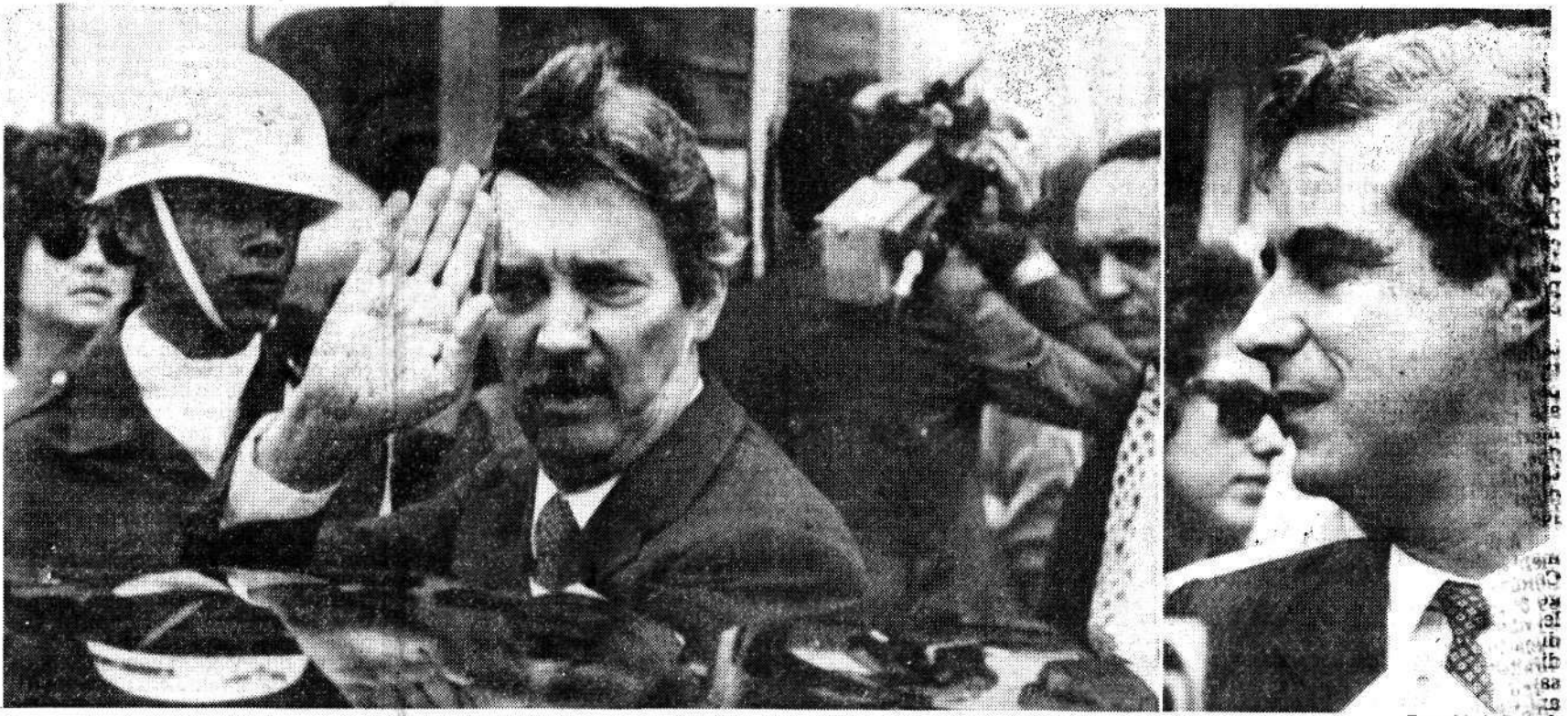
Segundo Prisco, o resultado serviu também para o presidente Sarney conhecer a capacidade de manipulação dos governadores, forçando alguns constituintes a mudar seu voto. Ele citou, especificamente, Miguel Arraes, de Pernambuco, que teria obrigado o deputado Oswaldo Lima Filho a renunciar à comissão por ser favorável aos cinco anos. "O presidente Sarney identificou claramente os que o apoiam e os que não o apoiam."

O resultado da votação conduziu à afirmação de que o presidente é livre para compor o governo sem qualquer tipo de condicionamento. Se for necessário fazer uma reforma, fará sem ouvir partidos ou políticos", disse.

Costa Couto, por sua vez, acha que o presidente deseja completar "o segundo tempo" de seu mandato cumprindo integralmente alguns projetos em andamento. "O presidente Sarney está obstinado a tomar decisões do interesse do povo brasileiro", disse ele, acrescentando que embora não tenha sido mencionada nas reuniões de que participou com Sarney, a reforma ministerial não deve ser descartada. Ela depende, afirmou, "do que o presidente considerou decisivo para o Brasil daqui para frente".

O ministro-chefe do Gabinete Civil reconheceu que o resultado da Comissão de Sistematização (48 a 45 votos em favor do mandato de quatro anos) surpreendeu o presidente Sarney e toda a equipe de governo, que prognosticavam uma vitória apertada, mas certa para os cinco anos de mandato. Mesmo com os ventos desfavoráveis na Constituinte, segundo Costa Couto, Sarney não cultivava nenhum sentimento de ódio, nem se sente traído. O presidente não vê também nesse resultado razão para precipitar uma crise ainda maior através de uma decisão, de sua parte, que alterasse os rumos da Constituinte.

Prisco Viana afirmou que Sarney está com a consciência tranquila, pois não forçou nenhum resultado.



Fotos Sérgio Borges

"Sarney identificou quem o apoia e quem não o apoia", comenta Prisco. Começa o "segundo tempo", adverte Costa Couto.

Mandato reduzido para 4 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A redução do mandato do presidente José Sarney foi aprovada, domingo, pela Comissão de Sistematização da Constituinte, com base em emenda de autoria do deputado Jorge Hage (PMDB-BA) subscrita também pelos deputados Haroldo Lima, líder do PC do B, e pelo deputado José Maria Eymayel, do PDC paulista. A emenda foi aprovada por 48 votos, contra 45 e nenhuma abstenção, apurados através de chamada nominal, depois de o presidente Afonso Arinos ter anulado a votação pelo painel eletrônico, que anunciou empate de 31 a 31 votos, atendendo a reclamação do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) que alegou ter sido computado a favor dos cinco anos seu apoio à proposta Jorge Hage.

Na realidade, o senador Afonso Arinos cancelou a primeira votação não propriamente para atender ao apelo do deputado pernambucano, mas porque também havia se equivocado, abstenendo-se, quando na realidade queria votar pelos cinco anos de mandato. A tese dos quatro anos

foi sustentada da tribuna pelos senadores José Richa e Mário Covas, além do relator Bernardo Cabral. Discursaram contra o senador Afonso Arinos, que praticamente se limitou à defesa do parlamentarismo, e o líder pefelista José Lourenço, que tentou encurralar os partidários da redução do mandato de Sarney propondo eleições gerais no próximo ano. A manobra não deu certo, pois a reação foi de aplauso à tese e não de recusa.

O voto da deputada Sandra Cavalcanti, do PFL do Rio de Janeiro, foi decisivo para garantir a vitória dos quatro anos, confirmado na última hora, no plenário, durante conversa com o senador José Richa. Garantidos os 47 votos necessários à aprovação da emenda Jorge Hage, o senador Antônio Faria, último a manifestar-se, também votou pela redução do mandato. Mas outros votos foram conquistados nos derradeiros instantes, pelo governador Waldir Pires, que converteu os deputados Francisco Pinto, Virgildáasio de Sena, Mário Lima e Celso Dourado a reverterem sua posição favorável aos cinco anos. O senador Jorge Bor-

nhausen (PFL-SC) obteve o voto pedessista do seu primo, o deputado Konder Reis e a vitória foi assegurada.

Primeiro a discursar a favor da redução do mandato, o senador José Richa afirmou querer uma "saída pelo entendimento mas, se o presidente não quer o entendimento conosco, mudemos o presidente para beneficiar a Nação", sendo aplaudido pela maioria do plenário. Inscrito para discursar contra a proposta, o líder governista Carlos Sant'Anna cedeu a palavra ao senador Afonso Arinos, que não estava num dos seus dias mais felizes. Ele sustentou preferir a justiça à vitória e conclamou os constituintes a ficarem contra a redução do mandato para não prejudicar a adoção do parlamentarismo. Segundo afirmou, "o povo não vai entender nada do que está acontecendo, com a campanha de candidaturas presidencialistas na rua e o parlamentarismo sendo implantado, mas vocês entendem isso".

O senador Mário Covas discursou a seguir e falou pausadamente, mas nem por isso com menor emoção, contestando as palavras do se-

nador Afonso Arinos. Ele disse preferir a vitória com justiça e mencionou repetidas vezes a sabedoria do povo brasileiro, numa alusão ao fato de o parlamentar ter declarado a falta de compreensão popular do fato político. O líder José Lourenço foi o último a discursar e sua fala nada somou em favor dos cinco anos, pois os partidários dos quatro anos souberam explorar com habilidade sua estratégia aparentemente a favor de eleições gerais em 88.

TOCANTINS

Antes de votar o mandato presidencial, a Comissão de Sistematização aprovou a criação do 24º Estado brasileiro, o do Tocantins, resultante do desmembramento de parte de Goiás. A emenda, aprovada por 48 votos contra cinco e cinco abstenções, é de autoria do deputado Queira Campos (PDC), que, em votação pela redução do mandato de Sarney, subscrita também pelo deputado José Freire (PMDB).

Na tarde do domingo a Comissão de Sistematização aprovou a eleição a Estado dos territórios de Roraima e Amapá.



O texto aprovado

O texto que trata do regime do governo e da transição nas disposições transitórias é o seguinte:

TÍTULO IX
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º — O presidente da República e o presidente do Supremo Tribunal Federal prestarão, em sessão solene do Congresso Nacional, na data de sua promulgação, o compromisso de manter, defender e cumprir esta Constituição.

Art. 2º — As disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor em 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda em um prazo de cinco anos.

Parágrafo único — Nessa mesma data, o presidente da República nomeará o primeiro-ministro, observando-se os procedimentos constantes dos artigos 98 e seguintes.

Art. 3º — É criada uma Comissão

de Transição com a finalidade de propor ao Congresso Nacional e ao presidente da República as medidas legislativas e administrativas necessárias à organização institucional estabelecida nesta Constituição, sem prejuízo das iniciativas de representantes dos três Poderes, na esfera de sua competência.

§ 1º — A Comissão de Transição compor-se-á de nove membros, sendo três indicados pelo presidente da República, três pelo presidente da Câmara Federal e três pelo presidente do Senado da República, todos com respectivos suplentes.

§ 2º — A Comissão de Transição será instalada no prazo de trinta dias a contar da promulgação desta Constituição.

Art. 4º — suprimido.

Art. 5º — O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1989.

Sandra diz que Covas a convenceu

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Esperei até o momento da votação uma mensagem do presidente Sarney em favor da manutenção do parlamentarismo, que me faria votar pelos cinco anos, mas a despeito das tentativas de entendimento ela não veio. Quando cheguei ao plenário, minha intenção era manter a abstenção, mas em seu discurso o senador Mário Covas defendeu justamente o contrário do que eu pensava, afirmando que o mandato de quatro anos seria o ideal para a consolidação do novo sistema de governo. Eu me sensibilizei pelos argumentos e comentei para o Richa: agora posso votar, e decidi pelos quatro anos."

Esta é a explicação da deputada Sandra Cavalcanti para o seu voto na Comissão de Sistematização, tido como um dos decisivos para derrotar o presidente Sarney, e considerado, pelo líder Carlos Sant'Anna, como uma das surpresas, já que o governo contava com seu apoio. "Meu voto foi independente e de convicção, não fiz entendimento com ninguém sobre isso, e faça-se justiça, também não recebi do presidente Sarney, direta ou indiretamente, nenhum pedido para direcionar meu voto em qualquer sentido", explicou ontem a constituinte fluminense.



Jamil Haddad

Haddad previa que seu voto seria decisivo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Jamil Haddad (PSB-RJ), responsável pelo 47º voto que consumou a vitória do mandato de quatro anos para o presidente Sarney na Comissão de Sistematização, comentou ontem que a coincidência, na realidade, não o surpreendeu, pois de acordo com seus cálculos caberia exatamente a ele o voto decisivo. Acompanhei toda a votação e ela estava ocorrendo de acordo com meus cálculos, de forma que eu fiquei alegre com a oportunidade, mas já sabia que caberia a mim o privilégio, comentou.

Com bom humor, Jamil Haddad afirmou que houve outra coincidência não percebida pelos companheiros, e que resultou em outra vitória, a da República Árabe Unida Informal, como ele chama. Explicou o senador fluminense que para a redução do mandato do presidente Sarney contribuíram também o senador José Richa, com seu discurso, e o deputado Jorge Hage, autor da emenda, ambos de ascendência árabe, como ele.

"Quando os resultados da primeira votação, pelo controle eletrônico, foram anulados, e anunciada a votação nominal, eu revi meus cálculos e observei que ia caber a mim o voto decisivo", disse Haddad. "Os votos anteriores a mim foram de Sílvio Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire, antecipando a alegria que já esperava, e correspondendo exatamente à previsão que eu fizera, acompanhando a lista de votação", observou o senador carioca.

E Newton Cardoso prevê golpe militar

AGÊNCIA ESTADO

O próximo presidente da República "será o doutor Urutu". Revoltado com a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos, o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, garante que um golpe "é inevitável", até porque as matérias votadas pela Sistematização "são controvertidas e merecem reparos". Newton até marca prazo para o golpe: o "Doutor urutu" assumirá o governo "nos próximos seis meses".

A eleição direta para a Presidência da República em 15 de novembro do próximo ano é "irreversível", pois além de ter sido acatada normalmente pelo presidente Sarney corresponde ao desejo da grande maioria da população brasileira, disse ontem o líder do governo Carlos Sant'Anna. A decisão "não será alterada", frisou o parlamentar, porque "querer ir contra a vontade da população seria inútil, e não é esta a pretensão do governo".

Já o governador da Bahia, Waldir Pires, reagiu às declarações de membros do governo lhe atribuindo a responsabilidade pela derrota do mandato de cinco anos garantindo: "Eu cumpri o meu dever. Não sei se me cabe essa responsabilidade tão grande, acho que ela é de todos nós". O governador não teme represálias do governo federal em relação à aprovação de projetos de interesse da Bahia: "O relacionamento já é tão ruim que não pode piorar", explica. Para o ministro da Justiça, Paulo Brossard, é inútil discutir o assunto,

já que a decisão "não é definitiva". Mas ele critica os quatro anos de mandato, "um período demasiado curto". O ideal, acha, seriam mesmo os cinco anos, "como consagrado na Constituição de 46".

O governador Álvaro Dias, do Paraná, insistiu ontem em sua proposta de eleições gerais no ano que vem e na necessidade de realização de um plebiscito para legitimar a mudança no sistema de governo, caso o plenário da Constituinte acompanhe a posição aprovada pela Sistematização. "A Assembleia Nacional Constituinte é soberana, mas os constituintes não foram eleitos pela população para exercer atividades próprias do parlamentarismo", disse Álvaro, que viaja hoje à tarde para Brasília, e já tem audiência marcada com Sarney, para defender pessoalmente sua tese. Dias acredita que as decisões tomadas pela Sistematização serão mantidas pelo plenário, mesmo porque, enfatizou, "o presidente Sarney garantiu que vai acatar a decisão e não pretende articular nenhum esquema contrário". Álvaro Dias está disposto, porém, a cobrar "coerência" de todos os constituintes. "Se eles desejam eleições presidenciais no próximo ano, então que elas sejam gerais. Os constituintes devem renunciar a seus mandatos e convocar novas eleições, pois só assim estarão legitimando a decisão de reduzir o mandato presidencial", disse.

O governador do Rio, Moreira Franco, recusou-se a falar sobre a questão. Durante a coletiva em que anunciou a lei proibindo o depósito de lixo atômico em território fluminense, disse que só iria falar sobre a CNEN. "De outra comissão não falo", avisou. Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, reiterou seu apoio aos cinco anos e a implantação do parlamentarismo só depois disso, mas elogiou a atuação da Comissão de Sistematização. Nunca o Parlamento teve uma votação tão expressiva e independente, disse. "Foi o instante de maior afirmação democrática do Congresso." O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, acha que o resultado da votação "encaminha para o esforço do entendimento entre o governo federal e a Constituinte", evitando que prospere o clima de confronto político. Já para o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, "o ano de 1988 será traumatizante para o País, se for envolvido numa campanha eleitoral para presidente da República".

Um aviso: "vitoriosos, feiem o Diário Oficial"

AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney recomenda a todos os parlamentares que votaram pelo mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização da Constituinte a prestarem bastante atenção, a partir de hoje, ao Diário Oficial da União. Os titulares de cargos, indicados por esses constituintes, serão exonerados sem qualquer aviso prévio. Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, que transmitiu o recado presidencial, este tem um destinatário especial — o senador José Richa (PMDB-PR) —, além de outros. Segundo a fonte, uma relação completa de todos os apadrinhados de Richa com cargos no governo já está nas mãos do presidente. Todos serão exonerados.

A primeira vítima da retaliação presidencial, contudo, não surgiu do PMDB do Paraná, mas do PFL do Rio. O radialista e ex-deputado Raul Brunini foi demitido ontem, às 15 horas, da direção da Rádio Nacional do Rio, porque seus padrinhos, os deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, votaram pelos quatro anos. Raul Brunini recebeu a notícia, por telefone, do presidente da Rádio-brás, Antônio Martins. Segundo Brunini, profissional do rádio há mais de 40 anos, Martins alegou, muito constrangido, estar obedecendo a ordens diretas do ministro Antônio Carlos Magalhães.

Brunini disse que telefonou para o ministro e se disse decepcionado com a atitude. "Eu também estou decepcionado, porque o Dornelles e a Sandra votaram pelos quatro anos. Como eles foram responsáveis por

suas indicações, não há como mantê-lo." Segundo Brunini, ele disse ao ministro que Dornelles e Sandra não eram responsáveis por sua nomeação, mas o PFL, a cujo diretório fluminense está filiado, além de ser profissional de rádio. "Ministro, não tenho responsabilidade pelos votos dos deputados", explicou Brunini, segundo contou depois à imprensa.

Em Brasília, o presidente da Radiobrás, Antônio Martins, cunhou uma frase para explicar a demissão de Raul Brunini: "Rompeu lá, rompeu aqui". Martins não negou a demissão, reconheceu que ela aconteceu porque Brunini tinha sido indicado pelos deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti e completou: "Eles não querem acabar com o governo? Então vamos começar acabando do lado deles". Mas negou que tivesse recebido qualquer orientação do presidente José Sarney para começar a retaliação do governo contra os deputados e senadores que votaram, na Comissão de Sistematização da Constituinte, pela redução do mandato presidencial para quatro anos.

No Palácio do Planalto, nenhum assessor do presidente da República quis reconhecer que as retaliações já tivessem começado, "até porque", segundo argumentou um auxiliar do presidente, "não saíu nenhum ato presidencial que pudesse ser classificado como revanchismo".

Maio o "revanchismo" também pode ser manifestado positivamente: à noite, Maurício Viotti foi efetivado na presidência da Caixa Econômica, um lugar que até ontem era disputado pelo PFL e pelo PMDB.

NENHUM ACORDO

Sandra Cavalcanti frisou que seu objetivo era votar da forma mais adequada para a implantação do parlamentarismo, e como outros constituintes, aguardou um sinal de apoio do presidente Sarney para esse propósito, que imaginou pudesse constar da mensagem enviada pelo chefe do governo ao senador Afonso Arinos. "Em vez disso, houve o discurso de Covas, quando fiz minha opção de voto", observou a parlamentar. Sandra frisou que não teve acordo com nenhum dos grupos em disputa em torno do mandato do presidente Sarney, e na verdade sua preocupação maior era com o regime de governo, e não com pretensões presidencialistas. "Se as lideranças do governo contavam com meu voto, imaginaram erradamente, pois minha decisão foi livre e independente, como sempre tenho atuado na vida pública e na Constituinte", ressaltou Sandra Cavalcanti.



Paulo Brossard

Masini acha que presidente deve renunciar

A decisão da Comissão de Sistematização de reduzir o mandato do presidente Sarney para quatro anos recebeu ontem o apoio dos empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Para eles, essa será uma forma de reduzir o processo de transição e com ele o quadro de incertezas que tem servido para paralisar a economia. O empresário Nildo Masini, vice-presidente da entidade, defendeu a imediata renúncia do presidente Sarney para que se possa promover eleições,

em todos os níveis, já em março próximo.

A instabilidade política, econômica e social dificulta, na sua opinião, a elaboração de uma Constituição que atenda às necessidades do País. Por isso, propôs também a suspensão dos trabalhos dos congressistas, para serem retomados posteriormente por parlamentares que sejam mais representativos da vontade popular. Masini acredita que os eleitores foram enganados em novembro de 1986 e que não estavam, na oca-

sião, conscientes de que iriam eleger deputados e senadores constituintes. "Houve um engodo por causa do Plano Cruzado".

A opinião de Masini não é compartilhada pela maioria dos dirigentes da Fiesp. Paulo Francini, também vice-presidente da Fiesp, acha que a preparação para as eleições presidenciais exige prazo maior, "para que não se corra o risco de não realizá-la nunca". Ele quer ver o fim do processo de transição "o mais breve possível". Neste processo, entre-

tanto, o item mais importante é a promulgação da nova Constituição, segundo acredita.

A redução do mandato de Sarney também foi comemorada pelos empresários Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), e Pedro Eberhardt, do Sindicato Nacional dos Fabricantes de Componentes para Veículos (Sindipeças). Lorenzetti acredita que a definição do mandato presidencial servirá para clarear as regras.